



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA DEFESA
GAB - GABINETE CONJUR

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO Q, SALA 733, CEP: 70049-900, BRASÍLIA-DF TELEFONE: 61-3312-4015. EMAIL: CONJUR@DEFESA.GOV.BR

DESPACHO n. 00079/2020/CONJUR-MD/CGU/AGU

NUP: 00400.001709/2018-57

INTERESSADOS: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL - PGFN

ASSUNTOS: GESTÃO INSTITUCIONAL

1. Ciente do Parecer nº 00121/2019/DECOR/CGU/AGU e de seus respectivos despachos de aprovação (seq. 18, 19 e 20).
2. O Parecer n. 00121/2019/DECOR/CGU/AGU está assim ementado, in verbis:

DIREITO CONSTITUCIONAL. DIREITO ADMINISTRATIVO. EMPRESAS ESTATAIS. INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES. COMUNICAÇÃO A ÓRGÃOS E ENTES DE CONTROLE. SIGILO BANCÁRIO

I - O entendimento lançado no Parecer SEI nº 6/2018/PGFN-MF não afronta aquele constante do Parecer AGU nº AM – 06, uma vez que tratam de aspectos distintos relativos ao sigilo bancário.

II - O Parecer SEI nº 6/2018/PGFN-MF analisa uma das hipóteses legais de exceção ao dever do sigilo bancário, vivificada pelo inciso IV do § 3º do art. 1º da Lei Complementar nº 105/2001, segundo o qual não constitui violação do mesmo a comunicação às autoridades competentes da prática de ilícitos penais ou administrativos, abrangendo o fornecimento de informações sobre operações que envolvam recursos provenientes de qualquer prática criminosa.

III – O Parecer AGU nº AM – 06 aborda outra hipótese de exceção ao dever de observância do sigilo, além das estabelecidas no art. 1º, §§ 3º e 4º da Lei Complementar nº 105/2001, qual seja, aquela decorrente da prevalência do princípio constitucional da publicidade em detrimento da proteção da privacidade, nos casos de operação ou

serviço bancários que envolvam recursos ou subsídios parcial ou integralmente públicos, ainda que a contraparte da instituição financeira seja particular tomador de financiamento.

IV - O espírito que norteou a elaboração do Parecer SEI nº 6/2018/PGFN-MF encontra-se em sintonia com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário nº 1055941, que concluiu, dentre outras coisas, ser constitucional o compartilhamento dos relatórios de inteligência financeira da UIF e da Receita Federal com os órgãos de persecução penal, para fins criminais, sem a obrigatoriedade de prévia autorização judicial, devendo ser resguardado o sigilo das informações em procedimentos formalmente instaurados e sujeitos a posterior controle jurisdicional.

V - Segundo o Supremo Tribunal Federal, o compartilhamento dos dados acobertados pelo sigilo bancário deve ser feito unicamente por meio de comunicações formais, com garantia de confidencialidade, certificação do destinatário e estabelecimento de instrumentos efetivos de apuração e correção de eventuais desvios.

3. À COADM para encaminhar cópia do Parecer nº 00121/2019/DECOR/CGU/AGU à SEORI, bem como para dar ciência aos Advogados Públicos em exercício nesta Consultoria Jurídica, informando que referido parecer estará arquivado na pasta G:/1GABINETE/PARECER - MEMORANDO CGU/PARECERES.

Brasília, 22 de janeiro de 2020.

SÉRGIO CARDOSO MELO

Advogado da União

Consultor Jurídico Adjunto

[assinado eletronicamente]

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00400001709201857 e da chave de acesso 93d0f6fb

Documento assinado eletronicamente por SERGIO CARDOSO MELO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 368958881 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações

adicionais: Signatário (a): SERGIO CARDOSO MELO. Data e Hora: 22-01-2020 13:50. Número de Série: 4495463122067115789.
Emissor: AC CAIXA PF v2.
